

## *Resenhas*



Raquel Varela<sup>1</sup>

*Workers of the world: essays toward a global labor history*, de Marcel van der Linden<sup>2</sup>

### QUEM É A CLASSE TRABALHADORA?

Quando recebeu o prêmio René Kuczynski na Áustria, em Setembro de 2009, pela sua obra *Workers of the world: essays towards a global labor history*, Marcel van der Linden não hesitou, no seu discurso de agradecimento, em atribuir o desenvolvimento da história global do trabalho ao prolífero renascimento dos estudos do trabalho pelo mundo fora, e em particular aos esforços dos historiadores do trabalho que fazem investigação naquilo que designa como o Sul Global (Ásia, África, América Latina). No mesmo discurso, insistiu ainda, talvez com excessiva humildade, que a sua proposta de *global labor history* não era uma teoria mas uma *área de trabalho*, cujo objetivo central era contrariar o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo na historiografia do trabalho. Mas, se é certo que *global labor history* está aberta a diferentes quadros interpretativos, *Workers of the world* é, porém, muito mais que uma proposta de trabalho, porque sistematiza uma contribuição para a investigação histórica que almeja a construção de uma quadro teórico, como veremos, ambicioso.

Algumas das propostas teóricas defendidas no livro são hoje, cremos, relativamente incontroversas, nomeadamente as que dizem respeito a contrariar uma visão histórica enclausurada nas fronteiras nacionais, e a crítica do eurocentrismo. O autor

---

<sup>1</sup> Instituto de História Contemporânea/Universidade Nova de Lisboa.  
raquel\_cardeira\_varela@yahoo.co.uk

<sup>2</sup> Linden, Marcel Van der, *Workers of the world: essays toward a global labor history*, Leiden: Brill Academic Pub, 2008, ISBN 978-90-04-16683-7, 469 p.

contesta que o Estado-nação seja a única unidade da investigação histórica propondo, além dele, uma visão transnacional e supranacional; e critica o eurocentrismo, ou a visão de que o mundo estaria estritamente dividido entre “o oeste e o resto”. Mas, van der Linden vai mais longe e pretende que estas críticas dêem origem a uma história global do trabalho, trabalho que aliás tem levado a cabo com dedicação como diretor de investigação do Instituto Internacional de História Social (IISH). Talvez não seja um exagero dizer — e mesmo considerando que muito está ainda por fazer — que, nunca como hoje, os investigadores da história do trabalho do Sul tiveram tanto eco no mundo académico dos países centrais e isso deve-se em grande medida ao trabalho de Marcel van der Linden (e ao grupo de investigadores do IISH).

*Workers of the world* tem o objetivo explícito, como referimos, de auxiliar na construção de uma história global do trabalho. É também uma obra que pretende contribuir para a discussão sobre a caracterização da classe trabalhadora, de um ponto de vista histórico, a partir de uma crítica a Marx, que se apresenta como uma crítica marxista a Marx, com influências de outras áreas de pensamento. Entre estas, o autor dedica especial atenção, nos capítulos 13, 14 e 15, à teoria do sistema mundo de Wallerstein; van der Linden defende que mesmo não subscrevendo por inteiro a teoria (e tem a este respeito uma interessante discussão a partir da teoria do desenvolvimento do capitalismo de Ernest Mandel, p. 316-317), o seu contributo para uma história do trabalho transnacional é indiscutível (p. 290); a escola de Bielefeld, desenvolvida na Alemanha ocidental e que valoriza o trabalho de subsistência, o que é particularmente relevante para o estudo do trabalho feminino e para a história do trabalho nos países periféricos; e, finalmente, o autor valoriza os estudos etnológicos, dando como exemplo a experiência do povo de *Iatmul* (Papua Nova Guiné), a sua incorporação gradual no capitalismo, e o concomitante desenvolvimento do trabalho assalariado entre este povo durante o século XX (p. 356).

O livro trás para o debate historiográfico outros temas centrais da história do trabalho, para além dos explicitamente referidos, nomeadamente a questão do sujeito histórico transformador e ainda o complexo tema do papel das condições objetivas e subjetivas no desenvolvimento do capitalismo, parecendo optar o autor pelo modelo teórico que sobrevaloriza

a teoria do valor e secundariza o papel da luta de classes no desenvolvimento histórico do capitalismo.

Duas notas introdutórias para assinalar que, *a contrario* quer de um setor da academia mais conservador quer dos teóricos próximos das teorias pós-modernas (de que o autor é reconhecido crítico), o livro é escrito num estilo límpido, em que clareza das ideias é estrutural ao longo de toda a obra. *Workers of the world* é quase um manual, na melhor tradição anglo-saxônica (o autor é de origem holandesa).

A segunda é que o livro é edificado a partir de uma extensíssima bibliografia que reúne alguns dos melhores trabalhos da historiografia mundial do trabalho e, apesar de o próprio autor lamentar não conhecer bem outras línguas do sul global, a obra é prolífera na utilização de exemplos empíricos de todo o mundo: das cooperativas de mulheres francesas formadas na I Grande Guerra (p. 161) ao conhecido quilombo de Palmares ou ao menos falado êxodo de escravos no Níger no início do século XX (p. 176); dos protestos agrários na Europa do século XIX (p. 174) à deserção coletiva dos trabalhadores das plantações de chá do vale de Assam em 1921 (p. 177), só para citar alguns exemplos.

*Workers of the world* está dividido em quatro grandes partes. A primeira parte, "Conceptualizations" divide-se em três capítulos: "Quem são os trabalhadores?", "Por que trabalho assalariado "livre"?" e "Por que escravatura comercial?". Estes três capítulos, podemos afirmá-lo, são os mais suscetíveis de desencadear alguma controvérsia. O autor apresenta aquilo que define como "uma crítica construtiva da definição de Marx da classe trabalhadora" porque Marx "apesar das várias fraquezas, continua a ser a melhor análise que temos" (p. 18). Marcel van der Linden parte da definição de Marx dada em *O Capital*, de que a força de trabalho só pode se tornar uma mercadoria, um objeto de comércio, na única forma verdadeiramente capitalista, ou seja, através de trabalho assalariado livre, no qual os trabalhadores só têm a sua força de trabalho para vender e nada mais (p. 18). Assim, escreve van der Linden, a única classe trabalhadora "real" no capitalismo seria aquela que se enquadra nesta definição (p. 19). O autor contesta esta noção, que considera muito restrita, na medida em que (1) há vários exemplos de trabalhadores que não estão no poder da sua força de trabalho (cita o caso de escravos que trabalham como assalariados e

entregam o salário, ou a maior parte dele, aos donos, fato comum por exemplo na Argentina no século XIX, p. 23), e (2) há trabalhadores que possuem, para além da sua força de trabalho, outras mercadorias para vender (cita o caso de trabalhadores que têm uma pequena horta ou oficina, por exemplo), ou ainda de trabalhadores que detêm as suas próprias ferramentas embora trabalhem numa fábrica. Marcel van der Linden contesta também a noção de “livre”, uma vez que há formas físicas e financeiras de coagir o trabalhador (entre outros exemplos, o caso das trabalhadoras têxteis japoneses que eram presas num dormitório nos anos 30 do século XX no Japão (p. 24), e o caso dos socorros mútuos geridos pelas empresas que são uma forma de dependência dos trabalhadores da firma (p. 25).

Marcel van der Linden enumera nestes capítulos diversos matizes daquilo que considera serem as formas “graduais de transição” entre o trabalhador livre e o escravo, o trabalhador livre e o autoemprego e entre estes e o lumpemproletariado (por exemplo, quando os trabalhadores roubam uma parte do produto de trabalho para levar o para casa, p. 27). É abundantemente referido, ao longo de toda a obra, o caso do trabalho feminino, em particular do papel do trabalho doméstico. Uma das conclusões desta análise, que define classe trabalhadora antes demais a partir da *mercadorização* do trabalho, é quebrar também o esquema clássico de “trabalho - salário - bens de consumo”, porque, advoga o autor, por exemplo, o trabalho feminino é essencial na reprodução do proletariado e é trabalho não pago; há vários exemplos de trabalho que não é pago em dinheiro; há trabalhadores que têm mais de um emprego; há o caso da subcontratação.

A fronteira, essa é a conclusão principal, entre o trabalho livre e outras formas de produção de valor no modo capitalista é tênue: “There is a large class of people within capitalist society, whose labor power is commodified in many different ways. That is why I refer to the class as a whole as the subaltern workers” (p.32). Assim, Marcel van der Linden chega ao conceito de *subaltern workers*, que deve incluir para além do trabalhador “livre” assalariado, os auto-empregados, arrendatários (*share-croppers*), servidão (*indentured labor*) e escravos (*chattel slavery*). O conceito é definido da seguinte forma: “Every carrier of labor power whose labor power is sold (or hired out) to another person under economic (or non-economic) compulsion belongs to the class of

subaltern workers, regardless of whether the carrier of *labor power* is him — or herself selling or hiring it out and, regardless of whether the carrier him — or herself owns means of production” (p. 33). Em comum, estes trabalhadores têm a mercadorização *coerciva* da sua força de trabalho (p. 34). Com esta definição, as dimensões a analisar historicamente no processo de produção ampliam-se. Já não são apenas a relação entre os trabalhadores subalternos e a sua força de trabalho, os meios de produção e o produto do trabalho mas também entre os trabalhadores subalternos e outros membros do agregado, o empregador fora do processo imediato de trabalho, e outros trabalhadores subalternos. No capítulo 3 e 4, van der Linden desenvolve especificamente os dois extremos deste conceito, trabalho livre assalariado e trabalho escravo (p. 39-78).

Esta tese é apresentada, pelo autor, mais como um complemento a Marx do que como um contraponto. E, esta obra vem de certa forma lembrar, aos historiadores do trabalho, que predomina ainda hoje na investigação uma visão mistificada da classe trabalhadora. Porque, histórica e geograficamente o trabalho nunca foi exclusivamente composto por homens livres assalariados. Mas esta afirmação comporta riscos, de que o autor está consciente, reforçando, na conclusão, por exemplo, que o desenvolvimento de um conceito amplo de classe trabalhadora é um trabalho “que ainda está em grande medida por fazer” (p. 360). Algumas interrogações, porém, não podemos deixar de referir, também elas como contributos para um debate que está em curso.

Marx elaborou um modelo de compreensão e transformação da sociedade. E desta afirmação podem-se pelo menos tirar duas conclusões.

A primeira é que um modelo é um modelo, e como tal tem invariavelmente perturbações. Cremos que Marx estava consciente do quão pouco “livres” eram os trabalhadores, desprezando o valor de *igualdade* jurídica atribuído ao contrato estabelecido entre o capitalista e o trabalhador: “As long as the wage-laborer remains a wage-laborer, his lot is dependent upon capital”<sup>3</sup>. Marx viveu no tempo, por exemplo, das leis contra a

---

<sup>3</sup>MARX, K. Relation of Wage-Labour to Capital. In *Wage Labour and Capital*. Disponível em: <<http://www.marxistsfr.org/archive/marx/works/1847/wage-labour/ch06.htm>>.

mendigagem – que são também elas uma forma de trabalho compulsório. Parece-nos que a definição de Marx de trabalhador livre assalariado é, por outro lado, uma *tendência* e como tendência tem contra tendências ou perturbações que aparentemente não põem em causa o modelo. Porque o que se verifica, neste campo, é que a análise de Marx confirmou-se — sobretudo no que diz respeito aos dois extremos da definição de trabalhadores subalternos — na efetiva tendência para o domínio do trabalho “livre” assalariado, fato que o autor reconhece (p. 63-78). Entre as razões para o fim da escravatura Marcel van der Linden apresenta precisamente a produtividade, a necessidade de criação de um mercado interno e também aquilo que designa como o fator moral (p. 56-59).

O que parece ser sugerido no livro é que a inserção num mesmo conceito de categorias como trabalho livre e escravatura comercial tem sobretudo relevo no estudo da história do trabalho no período de formação do capitalismo (que é desigual conforme os países), permitindo ao autor, por exemplo, introduzir a dimensão de conflito, protesto e mesmo greve (abandono do local de produção) entre escravos e senhores, abrindo os historiadores do trabalho à perspectiva científica de conflitualidade social e não de mera estratificação social no período da escravatura comercial.

A segunda questão da afirmação de que Marx elaborou um modelo de análise e transformação da realidade diz respeito ao valor da política, ou dito de outra forma, ao debate da análise dos fatores subjetivos na investigação histórica. Parece consensual que Marx não se limitou a interpretar o mundo e a sua noção de classe trabalhadora, para além de realçar uma tendência que historicamente se verificou de facto, tinha um propósito transformador. Não era, cremos, exclusivamente um conceito histórico-analítico baseado na lei do valor, mas continha em si uma análise política e subjetiva da realidade. Marcel van der Linden assume no livro que “follow those authors who give the value form, and not class contradictions, central place in their analysis of capitalism” (p. 40, nota de rodapé). Porém, cremos que se é um fato que há diversas formas de mercadorizar o trabalho não é indiscutível que todas tenham o mesmo valor político: uma greve de trabalhadoras domésticas não tem o mesmo impacto que uma paralisação no setor dos transportes e uma greve nos países periféricos é suportada pelo sistema de

forma muito mais prolongada do que nos países centrais – é certo que estas são consequências políticas do papel que cada um destes trabalhadores tem no processo de acumulação de capital, mas esse papel tem uma consequência política. Portanto, quando o autor afirma que na Europa, a partir da alta “idade média o trabalho proletário era assalariado e isso consistia uma exceção no mundo” (p. 47), essa constatação também pode levar à conclusão, não da igualdade de todas as formas de trabalho mas o contrário, ou seja, o peso econômico e político dos países centrais. Ou seja, entre os benefícios de uma visão transnacional da história global do trabalho — e a riqueza deles fica indiscutivelmente demonstrada nesta obra — está certamente a conclusão de que o mundo, sendo só um, e sendo desigual, tem diferenças políticas fundamentais, que atuam de forma implacável, por vezes, na relação entre trabalho e capital.

A este respeito teria todo o interesse, acreditamos, coligir os estudos de van der Linden com outros autores que se têm debruçado sobre este tema. Entre muitos outros, citamos por exemplo Sérgio Lessa, que justamente *a contrario* de uma ampla definição de classe trabalhadora, restringe-a ao trabalhador assalariado que transforma a natureza através do trabalho manual.<sup>4</sup> Ou Marcelo Badaró Mattos, que participa nesta discussão com uma definição menos radical de Lessa mas relevando que, para Marx e Engels, a questão das classes tinha uma dimensão política porque o proletário/assalariado tornava possível que, “pela primeira vez, uma classe dominada e explorada assumisse consciência de sua exploração”.<sup>5</sup>

Assim, parece-nos que, não sendo apresentada como tal, uma das questões centrais que se levantam da leitura de *Workers of the world* é se Marx de fato “optou pela teoria do valor”. O debate é extenso e não cabe neste artigo, mas uma vez que *Workers of the world* é uma contribuição de peso para esta polêmica — e que se situa criticamente face a posições que alegavam “o fim do trabalho”—, teria todo o interesse em ser desenvolvido.

---

<sup>4</sup> LESSA, S. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

<sup>5</sup> MATTOS, M. B. Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina. In: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 2009. *Anais eletrônicos...* Campinas: Cemarx, 2009. p. 1-10.

Este amplo conceito de *trabalhadores subalternos* tem uma derivação, no livro, para as formas de ação coletiva que também são analisadas num sentido amplo na segunda (*Varieties of mutualism*) e terceira partes do livro (*Forms of resistance*). São oito capítulos em que se discutem formas de organização e ação coletiva.

Em *Varieties of mutualism* (p. 81-169) o autor analisa as formas de mutualismo em quatro capítulos (*The mutualist universe* — onde apresenta definições imprescindíveis dos conceitos a analisar — e “*Mutual insurance*”, “*Consumer cooperatives*”, “*Producer cooperatives*”).

Assinalando que o mutualismo não é específico da classe trabalhadora, van der Linden mostra como os socorros mútuos e as cooperativas de consumo e de produção são parte essencial das estratégias do proletariado (começam por nascer de formas de solidariedade ligadas a necessidades tão básicas como prover aos enterros ou ajudar as viúvas dos operários). Nestes capítulos são apresentadas e analisadas as formas de mutualismo e a sua evolução histórica, as suas características, os seus limites no quadro do sistema capitalista e as formas diferentes que adotaram consoante os países (são dados exemplos da Europa, Índia, México, Japão, etc.). É particularmente interessante no livro, entre outros exemplos assinalados, o estudo de como evolui a relação do Estado com os socorros mútuos na Alemanha de Bismark, na Inglaterra do século XIX ou na União Soviética. E ainda a relação dos sindicatos com as caixas mútuas, nomeadamente como forma de recrutar filiados: é citado o caso dos sindicatos de ferroviários que em 1916, em Java, na Indonésia, criou um fundo para as viúvas.

O autor conclui esta parte do livro referindo-se aos limites das cooperativas de consumo como estratégia dos trabalhadores, na medida em que há uma tendência ou para a integração no Estado ou a sua sucção por uma empresa, ou a sua marginalização é dificilmente inevitável. Porém, van der Linden lembra também que, de acordo com a bibliografia por ele analisada, os exemplos históricos demonstram que formas de mutualismo que mantenham uma cultura democrática permanentemente viva e uma base social e política sólida — como nos casos onde o sindicalismo revolucionário foi forte (Itália, Espanha e França) —, pode-se evitar a degenerescência das cooperativas (p. 169).

*Forms of resistance* é a terceira parte do livro e está dividida em quatro capítulos: “Strikes” (p. 173-207), “Consumer protest” (p. 209-218), Unions (p. 219- 257), “Labor internationalism” (p. 259-283).

No capítulo “Strikes” o autor começa por assinalar que não podem existir sindicatos sem utilizarem a greve ou a ameaça desta mas o contrário é verdade (p. 179), e cita alguns exemplos. A maior greve de sempre registrada deu-se à margem dos sindicatos em 1982-83, na Índia, numa paralisação de 240.000 trabalhadores têxteis em Mumbai; a insurreição de trabalhadores nos EUA em 1877; a greve geral do Quênia em 1947. O capítulo desenvolve-se depois referindo os métodos de prejudicar a produção usados pelos trabalhadores (diminuição da produtividade, sabotagem, gratuidade do produto – como é o caso das greves de não cobrança de bilhetes pelos motoristas de ônibus). O autor centra-se depois na definição das greves, das suas causas, dos fatores que despoletam a greve e das exigências dos grevistas; termina com a análise dos resultados das greves, os quais dependem de uma série de condições que são aqui enumeradas: a posição estratégica dos trabalhadores, a relação entre o mercado e a empresa, os clientes e os fornecedores, a relação dos grevistas com o mercado de trabalho, a relação entre os trabalhadores em greve e outras firmas da mesma área, a relação dos grevistas com o público em geral, a moralização dos grevistas, a relação com partes terceiras (como a Igreja), a relação com as autoridades públicas, a posição financeira do empregador, a relação entre o empregador e os outros empregadores, a existência, para os grevistas, de outras formas de subsistência para além do trabalho paralisado pela greve, o momento da greve, a liderança das greves, etc. (p. 199-206).

Talvez fosse importante acrescentar a estes fatores a posição dos países no sistema internacional de estados onde se dá a greve (no Brasil, por exemplo, há greves hoje com mais de um mês de duração na educação pública que, a dar-se num país central como a Alemanha ou França — há décadas que tal não acontece, se é que há registros de tal desde a democratização do ensino no pós-guerra —, teria consequências muito distintas); e eventualmente hierarquizar estes fatores, uma vez que a sua contribuição para o resultado da greve parece ser desigual. Por exemplo, o papel das lideranças parece ter sido historicamente reconhecido pela burguesia como muito mais importante para

derrubar uma greve do que o momento em que é desencadeada, fato empiricamente verificável na quantidade de líderes grevistas presos e assassinados.

No capítulo “Consumer Protest”, Marcel van der Linden analisa as formas de protesto relacionadas com o consumo. Neste capítulo são referidos, por exemplo, os boicotes de consumidores; o ajuste unilateral de preços e quantidades, as revoltas da fome (*food riots*), os movimentos de ocupações de casas, o não pagamento de transportes, e ainda o saque de alimentos organizados, que se tornou, por exemplo, um “fenômeno nacional” nos EUA na década de 30 (p. 216).

Os dois últimos capítulos de *Forms of Resistance* (“Unions” e “Labor internacionalism”) são, de toda a obra, os capítulos mais centrados na questão da organização dos trabalhadores.

“Unions” (p. 219-257) trata das origens do sindicalismo, das formas e tipos de sindicatos, da relação destes com as greves. O autor propõe uma tipologia de sindicatos tripartida: aqueles cuja função principal é lutar pela greve (sindicalismo revolucionário); os sindicatos que não existem só para organizar greves, exemplo das associações de artesãos e dos sindicatos que apostam na negociação; e os sindicatos que nunca ou raramente organizam greves (os sindicatos amarelos). Van der Linden escreve que os sindicatos para singrarem têm que dominar um setor do mercado de trabalho e esse domínio depende de vários fatores, entre eles, a capacidade de organização e as relações econômicas que se estabelecem, em particular as que dizem respeito ao financiamento dos sindicatos (p. 234-235). São ainda referidos os temas da negociação coletiva, da centralização, da burocratização e da oposição nos sindicatos. O capítulo termina com referência às greves selvagens e às cisões dentro dos sindicatos organizadas por setores dos trabalhadores que defendem estruturas mais democráticas e que isso, na opinião do autor, pode “reverter a orientação das relações industriais em certos momentos críticos” (“reversing the trend at certain critical moments in industrial relations”, p. 257).

Em “Labor Internationalism” (p. 259-283) o autor investiga os motivos econômicos e políticos que promovem (e que destroem ou dificultam) o internacionalismo. Van der Linden traça o longo caminho entre aquilo que designa como (1) o primeiro estágio do internacionalismo, que corresponde ao período pré-1848 e “ao momento em que o movimento operário

se define a si próprio” (p. 266); (2) a segunda fase, entre 1848 e 1870, que o autor classifica como um “internacionalismo subnacional”. O primeiro caso registrado de internacionalismo organizado e consciente ocorre em Londres quando William Lovett, em nome da Associação dos Homens Trabalhadores, escreve uma carta à classe operária belga a defender a construção de uma federação de trabalhadores da Bélgica, Holanda e Províncias do Reno (p. 272); (3) um período de transição entre 1870 e 1890; e (4) uma fase entre 1890 e 1960, que o autor designa por “internacionalismo nacional”, em que o internacionalismo é essencialmente uma forma de cooperação internacional ligada aos sindicatos nacionais, consolidados no atlântico norte a partir do fim do século XIX. O capítulo termina com um prognóstico algo otimista por parte do autor que defende que está aberta uma nova fase de internacionalismo, que se terá iniciado a partir da década de 60 do século XX com a descolonização, o fim da URSS, etc., e que o autor classifica como “internacionalismo transnacional”. O qual, para singrar, terá que lidar com as mudanças que sofreu a classe trabalhadora nas últimas décadas, nomeadamente, escreve van der Linden, este novo estágio do internacionalismo terá que ter em conta uma concepção mais ampla de classe trabalhadora, menos eurocêntrica, menos masculina, sindicatos menos autocráticos, com ampla participação da base dos trabalhadores, menos centrados em “conseguir a boa vontade dos governos” e mais vocacionados para a organização de greves, boicotes, etc. (p. 282).

O mérito e a importância desta obra são, cremos, indiscutíveis. Por várias razões, que tentamos parcialmente abordar. Primeiro porque pode ser vista como um guia, como dissemos antes, como um manual em que se arrumam definições e conceitos indispensáveis para as ciências sociais e se relembram os mais clássicos exemplos da história dos trabalhadores mas também as mais surpreendentes formas de organização e luta dos trabalhadores ao longo da história, em ambos os hemisférios. Também porque a partir de *Workers of the world* temos menos razões para mistificar a classe trabalhadora atual — a partir da informalidade do trabalho no hemisfério sul no passado não compreendemos bem a informalidade do trabalho no hemisfério norte hoje? — e, assim, mais dados empíricos para refutar teses que, a partir das modificações que ocorreram no trabalho nas últimas décadas, anunciaram o “fim do trabalho”. A importância

desta obra reside também na ambiciosa tarefa de repensar a conceitualização de classe trabalhadora, tarefa que deve merecer a nossa reflexão, independentemente do nosso acordo com o autor. Finalmente, por trás de *Workers of the world* e de Marcel van der Linden está um mérito incontestável: um esforço rigoroso para construir uma história global do trabalho.